

Valorizar o que importa

Por José Eli da Veiga

Valor, 26/12/2025

O GEO-7 do Pnuma confirmou a inércia da visão tradicional

Defeitos de fabricação permeiam o sétimo check-up da saúde da biosfera: o “GEO-7” - Global Environment Outlook - documento de 1.242 páginas, lançado há duas semanas pelo respectivo programa da Organização das Nações Unidas (ONU), o Pnuma (UNEP).

O mais gritante foi logo destacado pela imprensa: a estranha ausência do tradicional “resumo para formuladores de políticas”. Por veto dos Estados Unidos e dos três líderes da aliança geradora da ‘Discórdia de Belém’: Arábia Saudita, Rússia e Irã.

Outro, menos evidente, está no grande número de observações entre colchetes, que alertam sobre o grau de certeza ou abrangência de certas afirmações. Algo bem comum em textos ainda sob escrutínio, nunca em versões definitivas de documentos oficiais.

Dois motivos suficientes para deduzir que, pela primeira vez, um relatório tão importante da ONU foi publicado na marra, após deliberações em que muita coisa só saiu à fórceps. O que talvez ajude a disfarçar um terceiro problema, ainda mais grave: a sua tremenda ambiguidade sobre o Produto Interno Bruto (PIB).

A diretora-executiva do Pnuma, Inger Andersen, mostrou muita convicção sobre a necessidade de se ir “além do PIB”, tanto em entrevistas, quanto em seu prefácio ao GEO-7. No documento, até há uma rápida menção à principal iniciativa da ONU com esse objetivo - a plataforma “Valuing What Counts”.

Todavia, bastam consultas às listas de tabelas e figuras para perceber o quanto toda a argumentação gira em torno de prejuízos e possíveis ganhos estimados como proporções do PIB mundial. Como realça, aliás, o próprio subtítulo: “Investir agora na Terra pode levar a um trilhão de dólares de benefícios para todos”.

Claro, algum modo de superar o PIB não poderia sair de uma empreitada tão confusa quanto foi essa quase milagrosa elaboração do GEO-7. Mas também é verdade que o seu conteúdo só aumenta a perplexidade dos que se esforçam em remar contra a sua histórica resiliência.

A mais recente iniciativa da própria ONU foi a criação, em maio, do “High-Level Expert Group on Beyond GDP”, com a missão de apresentar uma proposta de peso à próxima Assembleia Geral, em setembro de 2026.

Só se pode torcer para que tal grupo tenha muito êxito, embora não sejam nada animadoras as primeiras dicas sobre o que estaria conjuminando. Já deixou claro que pretende é “complementar” o PIB, em vez de superá-lo, seu “Interim Progress Report”, publicado há um mês.

Mais uma confirmação de que tão frequente ambiguidade decorre da própria escolha da expressão “além de” (beyond). Os verbos ‘superar’ e ‘complementar’ fazem parte de sua meia dúzia de sentidos. E, pelo andar da carruagem, o mais provável é que vença um terceiro: ‘fora de alcance’.

O grau de pessimismo - e mesmo de derrotismo - deste prognóstico decorre da própria evolução do pensamento econômico nos últimos cinquenta anos. Precisamente, desde 1972,

ano em que surgiu no trabalho tido como ‘seminal’ sobre uma “Medida de Bem-Estar Econômico” (MEW, sigla em inglês), de William D. Nordhaus e James Tobin.

Alguns observadores de tão longa epopeia mostram-se, ao contrário, até bem otimistas. Para eles, sinais encorajadores em iniciativas da ONU, OCDE e da Comissão Europeia estariam convergindo para uma base conceitual e terminológica comum. O melhor exemplo está na rede “WISE” (www.wisehorizons.world), que junta ao “E” de economia as três ambições centrais: “W” para bem-estar, “I” de inclusão e “S” de sustentabilidade.

Como é impossível saber se a razão está com estes estudiosos mais animados, nada melhor do que relembrar as três principais dificuldades impostas pela mensuração da ‘sustentabilidade’.

A primeira é que ela difere da prática estatística standard em uma questão fundamental: para que seja adequada, são necessárias ‘projeções’ e não apenas observações.

A segunda é que ela exige necessariamente algumas respostas prévias a questões de ordem normativa. Neste aspecto, também há forte diferença com a atividade estatística standard.

A terceira é uma imensa dificuldade no contexto internacional. Pois não se trata apenas de avaliar sustentabilidade de cada país em separado. Como o problema é global - sobretudo em sua dimensão ambiental -, o que realmente mais interessa é a contribuição que cada país pode estar dando para a insustentabilidade global.

Talvez este trio ajude a entender o insucesso de tantas tentativas de se legitimar algum indicador sintético que possa ir ‘além do PIB’ no sentido de sua superação. O que não impedirá, claro, que venha a ser legitimada alguma das boas propostas disponíveis que adotam sentido de sua complementação, como parece já estar preferindo o “High-Level Expert Group on Beyond GDP”.

O fato é que, até agora, a melhor proposta é a da economista britânica Kate Raworth, no livro “Economia Donut” (Zahar, 2019). O alto potencial comunicativo de sua alegoria visual tem sido cada vez mais reconhecido. Tomara que também abra o caminho para uma futura efetiva superação do PIB.

Em suma: é por demais poderosa a inércia da visão tradicional, como confirmou - desta vez com estardalhaço -, o GEO-7 do Pnuma.

José Eli da Veiga é professor sênior do Instituto de Estudos Avançados da USP: www.zeeli.pro.br